

# Observatório da Oposição

22 DE JANEIRO · EDIÇÃO ESPECIAL

## Vão sentir saudades da gente - Diferenças entre Bolsonaro e Lula

SENADOR  
**ROGÉRIO  
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO  
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL  
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

**EVAIR**  
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



## SÍNTESE

O Observatório da Oposição realizou uma análise comparativa entre o governo Lula (2 anos) e o governo Bolsonaro dentro dos mais importantes segmentos sócioeconômicos brasileiros.

**EVAIR**  
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

## INTRODUÇÃO

Página

01

Aumento da dívida pública 04

Desvalorização do câmbio 05

Inflação fora da meta 06

Aumento dos Juros 06

Queda nos investimentos no país 07

Piora nas expectativas para a economia 09

O monitoramento das transações pela Receita 10

E VALEU A PENA O SACRIFÍCIO  
ECONÔMICO PARA O BRASIL? 12**Promessas de campanha:**Imposto de renda zero: promessas não cumpridas e  
fake news 13

População cada vez mais endividada 13

Fome no Brasil: Uso político de meias-verdades e  
*fake news* 14Voa Brasil não decola e o "pobre não andou de  
avião" 15

População cada vez mais endividada 13

## SETORIAL

Saúde 16

Segurança Pública 20

Trabalho (Geração de empregos) 22

Agro (Invasão de terras) 23

Cultura 25

Meio Ambiente (Queimadas) 26

Energia (das mais caras do mundo) 29

Transparência 32

Internacional 36

Defesa Nacional 41

# 1 INTRODUÇÃO

A esquerda brasileira insiste na falsa dicotomia entre economia e questões sociais, como se o bem-estar coletivo exigisse o sacrifício da base econômica. Essa visão ignora que políticas sociais eficazes dependem do controle dos gastos públicos e da alocação responsável dos recursos para atender às demandas mais urgentes. Seguindo essa linha, o governo Lula 3 tem comprometido os fundamentos econômicos sem entregar resultados significativos na área social.

O início do governo foi marcado pela marcha forçada dos gastos, materializada pela PEC da “transição” - que de transição só tinha o nome. A PEC **acresceu permanentemente um gasto de R\$ 170 bilhões** ao orçamento público, antes mesmo da nomeação de um Ministro da Fazenda para o país.

Partindo dessa base, o governo, de forma irresponsável, ampliou os gastos para além das receitas e, posteriormente, introduziu um arcabouço fiscal que, em tese, estipulava que as despesas deveriam crescer a um ritmo inferior ao das receitas. Menos de um ano após sua aprovação, contudo, as regras já começaram a ser flexibilizadas por meio de "interpretações criativas" sobre o contingenciamento e pela exclusão de certas despesas do limite de gastos.

Com isso, iniciou-se um ciclo de aumento de receitas, responsável por elevar a carga tributária do país. Ou seja, colocou-se como objetivo correr atrás do prejuízo gerado pelas medidas de elevação de gastos. No geral, **a arrecadação se encontra cerca de R\$ 210 bilhões** (mais de 3p.p do PIB) maior entre 2023 e 2024 (até novembro).





Fonte: [Poder360](#).

Até o final de 2024, o governo se recusou a atacar o lado da despesa, em uma total inércia para a contenção do gasto público. Até mesmo a revisão de gastos, que foi proposta central da equipe econômica, ficou parada, mesmo com falas da Ministra do Planejamento afirmando que **"Chegou a hora para levar a sério a revisão de gastos"**. A fala, contudo, apenas comprovou a posição secundária da revisão de gastos na agenda do governo.

Vale ressaltar que os gastos não se restringiram apenas à PEC "de Transição". Em 2023, anunciou-se a política de valorização do salário mínimo, que custa cerca de R\$ 17 bilhões anuais para um crescimento do PIB de 3%. Um ano depois, perto do Natal de 2024, o governo precisou rever a promessa para que ela seguisse os limites do arcabouço.

Ainda em 2023, o governo propôs o Novo PAC com **gastos estimados em R\$ 1,7 trilhão**. Mesmo em um período de elevação de gastos, o Executivo preferiu mandar um pacote de corte de gastos que focava mais em benefícios sociais do que em limar investimentos ineficientes do PAC. Apesar de toda a propaganda, observamos **um aumento de 38% das obras paradas** sob Lula, o que comprova a repetição de erros dos PACs anteriores.

Os gastos também foram elevados para os futuros governantes. A aprovação da Reforma Tributária (EC 132) trouxe **um gasto de mais de R\$ 1 trilhão em fundos sem fonte de financiamento** para os próximos anos. Isso foi acompanhado de uma regulamentação que sacramentou o IVA do país como o maior imposto sobre valor agregado do mundo. Esses benefícios foram aprovados com um governo silente sobre os benefícios. A consequência é que o IVA jogará um custo de R\$ 450 bilhões em cima dos setores que não conseguiram favorecimento no Congresso.

As estatais também tiveram um enorme déficit. As políticas da atual gestão reverteram um superávit de R\$ 4,55 bilhões para um déficit de R\$ 6,04 bilhões. Apesar da narrativa de que as empresas “dariam lucro” e de que o déficit não seria problema, a realidade é que essa diferença de mais de R\$ 10 bilhões afeta a dívida pública e gera maiores custos com juros para as futuras gerações.



O que assusta a todos é, por um lado, a inércia que se viu para controlar as contas públicas em toda a primeira metade do mandato. Por outro, viu-se uma equipe de ministros que não é coordenada e não conversa entre si. Relembramos que o governo havia se preparado para enviar um pacote com o **aumento do funcionalismo público em outubro**, ao custo de **R\$ 20 bilhões**, após eleições municipais.

Em súbita clarividência, a **Fazenda** e o Planejamento resolveram propor ao presidente um urgente corte de gastos. A bateção de cabeças levou a testemunharmos outros dois meses de idas e vindas de minutas, desgastes entre ministros e um pacote aprovado na última semana antes do recesso legislativo sem debate nas comissões.

A medida, no entanto, foi divulgada junto de uma renúncia de receita de R\$ 45 bilhões com a ampliação da isenção do imposto de renda, o que praticamente anularia o efeito fiscal do pacote. Claro que, no meio de tanto improviso, o ajuste passou a ser considerado insuficiente. O fim dos supersalários, por exemplo, ficou no papel, mesmo com a contribuição de parlamentares da oposição no sentido de restringir essa grave distorção na administração pública.

## Aumento da Dívida Pública

Após observarmos um aumento de mais de 7p.p na dívida em menos de dois anos de mandato, chegaremos a uma dívida pública próxima a 84% do PIB até o fim do governo Lula. A conta para os futuros governos, salvo um novo pacote fiscal, está pendurada.

Além disso, a parcela da dívida atrelada à Selic aumentou de 40-44% para 43-47%, o que elevará os custos do governo conforme a taxa sobe. Com isso, opções mais controláveis, como títulos pré-fixados ou ajustados pela inflação, perderam espaço, tornando a gestão do Tesouro mais difícil e imprevisível. Esse cenário criado pelo governo Lula funciona como um mecanismo perverso de transferência de renda para os mais ricos.





Fonte: [Poder360](#).

## Desvalorização do Câmbio

Em 2022, [o real foi a 2ª moeda que mais se valorizou](#) e o [Brasil foi um dos primeiros países a derrubar a inflação pós-covid](#), fruto de um Banco Central autônomo que promoveu o maior aumento de juros em um ciclo eleitoral desde o início do regime de metas de inflação. Logo, um claro avanço institucional, sempre evitado por petistas nas eleições. Sem mencionar a primeira queda dos gastos federais desde a constituição de 1988, o aumento da taxa de investimento via aumento de concessões, privatizações e vigor dos projetos de infraestrutura.

O ano de 2024 conta outra história. Com a deterioração das contas públicas, pacote fiscal frágil e com a tentativa de reversão das principais reformas econômicas dos últimos anos, o real se consolidou [como a moeda que mais se desvalorizou no mundo](#).

A perda frente ao dólar foi de 27,3%, que fez com que o dólar fosse negociado a R\$ 6,18 no fim do ano, após ter chegado ao valor recorde de R\$ 6,27. Isso ocorreu mesmo com o Banco Central [tendo ofertado mais de U\\$](#)



**30 bilhões** em leilões no ano passado. Ao contrário da pandemia, quando houve saída massiva de dólares em países emergentes, a situação atual tem sido gerada por políticas internas, **que causaram perda de confiança dos investidores**. Tais políticas apontam para um crescente risco fiscal, além de uma tributação cada vez maior, o que afasta investimentos no país.

## Inflação fora da meta

O aumento expressivo dos gastos públicos, a forte desvalorização do real e a seca severa foram fatores decisivos para a elevação da inflação no país. Apesar da alta na taxa de juros — medida adotada para conter o avanço dos preços —, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano de 2024 em 4,83%. Vale lembrar que a meta oficial de inflação é de 3%, com um intervalo de tolerância que vai até 4,5%.

Os grupos de alimentação e bebidas foram os que registraram os maiores aumentos. Para ilustrar o impacto sobre o bolso dos consumidores, o preço da carne subiu 20,8%, marcando a maior alta em cinco anos. O café moído teve um aumento impressionante de 40%, enquanto o óleo de soja ficou 29,2% mais caro, e o leite acumulou uma alta de 18,8%. Além disso, outros itens essenciais pesaram no orçamento familiar, como a gasolina, que subiu 9,7%, e os planos de saúde, com reajuste de 7,8%.

## Aumento dos Juros

A pressão inflacionária no país resultou em um aumento significativo da taxa Selic. A trajetória recente mostra que o governo Lula interrompeu o ciclo de queda da taxa básica de juros, levando-a ao patamar de 12,25%. As projeções do mercado indicam que a Selic pode **atingir 15% até o final do ano**.

O aumento dos juros impacta negativamente os produtores, ao elevar os custos de crédito e financiamentos, e também pesa no orçamento das famílias. Combinado ao crescimento da inflação, o descontrole das contas públicas impõe uma dupla penalidade aos brasileiros, que enfrentam preços mais altos e condições de crédito menos acessíveis.



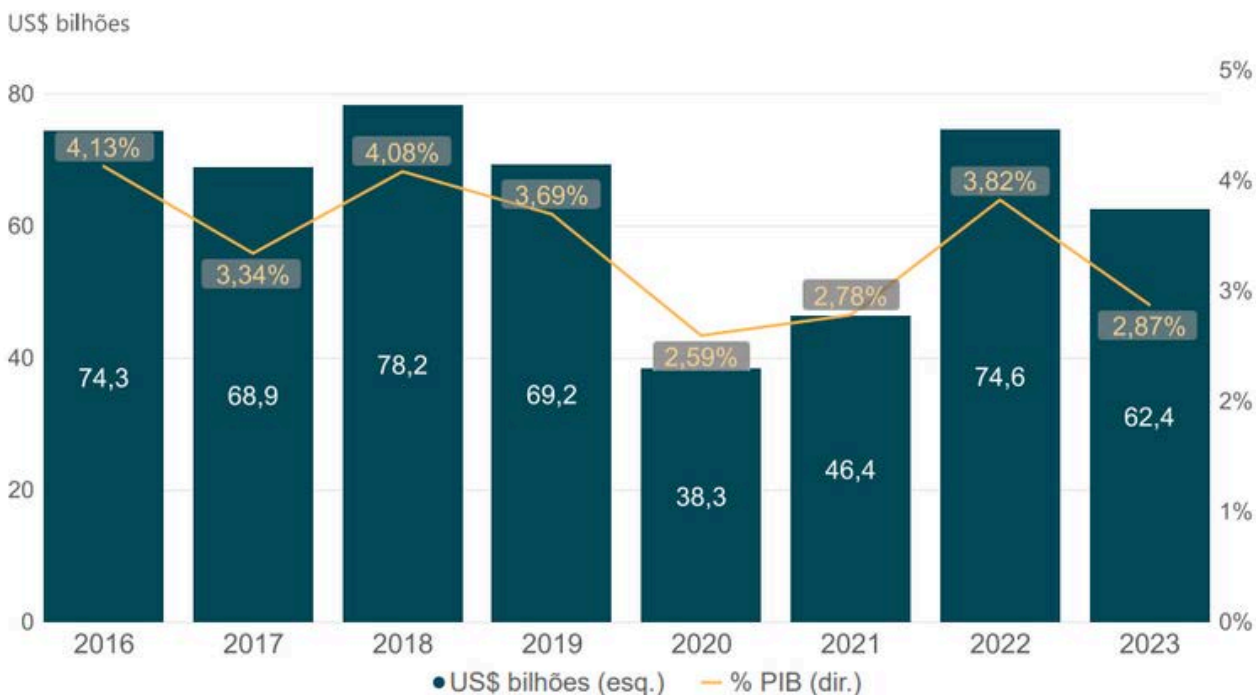
Fonte: [Poder360](#).

## Queda nos investimentos no país

O Brasil viu a confiança de investidores no país derreter nos dois primeiros anos do governo Lula. De acordo com o Banco Central, em 2023 o investimento direto líquido (IDL) no país caiu praticamente 1 p.p. do PIB em comparação com o último ano do governo Bolsonaro. Isso representa uma redução de U\$ 12 bilhões em investimentos diretos, que seriam, no geral, recursos aplicados em investimentos produtivos.



Fluxo de Investimentos Diretos em bilhões de dólares e como proporção do PIB:



Fonte: [Relatório de Investimento Direto 2024](#)/Banco Central.

A tendência se repete em 2024, cujos dados ainda não foram consolidados para o ano completo. Mesmo com uma alta em comparação a 2023, o saldo de investimento estrangeiro entre janeiro e outubro foi mais de US\$ 7 bilhões menor que em 2022.

**EVAIR**  
 DE MELO  
 DEPUTADO FEDERAL  
 VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



Fonte: Poder360.

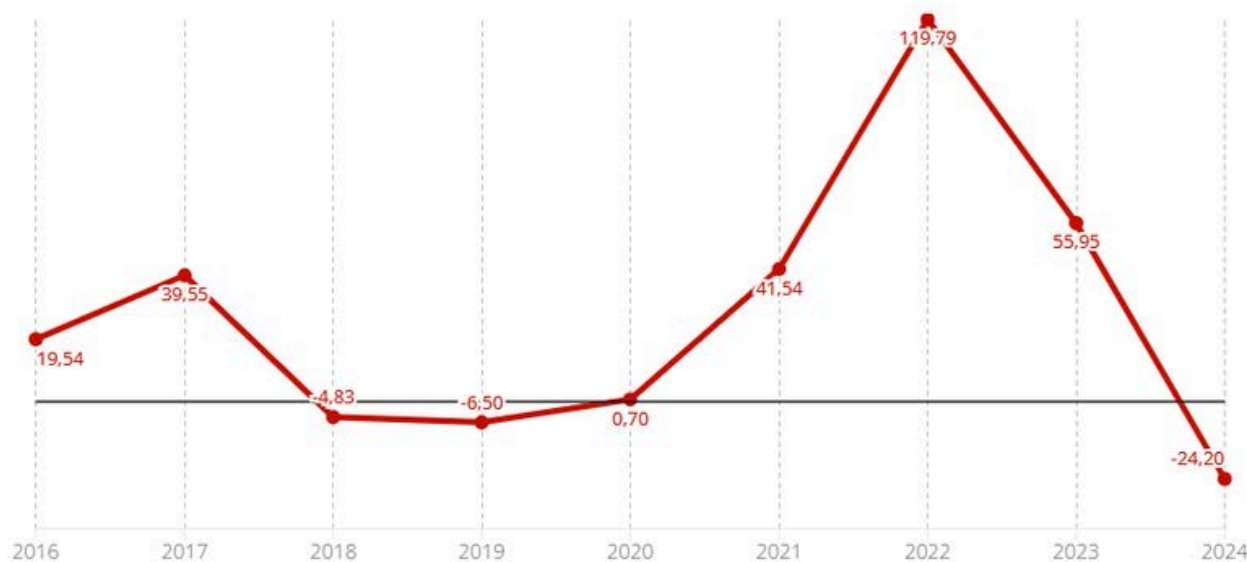
Podemos ver que investimentos em carteira como os da bolsa de valores, também tiveram forte queda. Em 2024, os estrangeiros retiraram R\$ 24,2 bilhões da bolsa. Em comparação com 2022, isso representa uma queda de ingressos de praticamente R\$ 144 bilhões. Isso vem acompanhado de perdas de **10,36% na bolsa em 2024**.

Com isso, o Brasil teve a terceira pior saída de dólares da história - U\$ 18 bilhões -, perdendo apenas para o período pandêmico. Em termos de fluxo financeiro, a saída foi recorde: U\$ 87,2 bilhões deixaram o país em 2024.

## Fluxo de capital estrangeiro na B3

Em bilhões de R\$

Clique nas linhas para visualizar outros valores



g1

Fonte: Elos Ayta Consultoria

Fonte: [g1](#) com dados da Elos Ayta Consultoria.

## Piora nas expectativas para a economia

As expectativas do mercado para a economia brasileira refletem a deterioração de vários indicadores econômicos. Antes das eleições de 2022, projetava-se uma redução na inflação, no câmbio e na taxa de juros. No entanto, ao final do ano passado, essas expectativas já haviam sido frustradas.

O início de 2025 traz um cenário ainda mais preocupante. As previsões atuais apontam para mais um descumprimento da meta de inflação, com a taxa projetada em 5%, juros chegando a 15% e o dólar alcançando a faixa de R\$ 6.

Mediana de previsões de indicadores da economia brasileira;

	Expectativas em:			Piora na Expectativa para 2024	Piora na Expectativa para 2025	Unidade
	28/10/2022 (antes da eleição)	20/12/2024	10/01/2025 (mais recente)			
IPCA 2024	3,50%	4,91%	-	1,41	-	ponto percentual
IPCA 2025	3%	4,84%	5%	1,84	2	ponto percentual
IPCA 2026	-	4%	4,05%	-	-	ponto percentual
Selic 2024	8%	12,25%	-	4,25	-	ponto percentual
Selic 2025	7,75%	14,75%	15%	7	7,25	ponto percentual
Selic 2026	-	11,75%	12%	-	-	ponto percentual
Câmbio 2024	5,1	6	-	0,9	-	R\$/US\$
Câmbio 2025	5,15	5,9	6	0,75	0,85	R\$/US\$
Câmbio 2026	-	5,84	6	-	-	R\$/US\$

Fonte: Boletim Focus.

## O monitoramento das transações pela Receita Federal

A bancarização no Brasil aumentou significativamente nos últimos anos, impulsionada [pela criação do pix, pela entrada de fintechs no mercado](#) e pela inclusão financeira do período Bolsonaro com o [auxílio emergencial](#). Esses fatores contribuíram para a integração de mais de [71,5 milhões de brasileiros](#) ao sistema financeiro.

Muitos dos recém-bancarizados pertencem à população de trabalhadores informais, como entregadores, motoristas de aplicativos, pedreiros e manicures, cujas atividades frequentemente envolvem movimentações financeiras em suas contas, geralmente por meio do Pix. No entanto, essas transações nem sempre representam rendimentos tributáveis.

Em setembro de 2024, a Receita Federal publicou uma portaria que ampliou significativamente a base de transações a serem informadas ao sistema. Essa mudança gerou preocupações para essa parcela da população, que temia a possibilidade de serem sobretaxadas com a nova medida. Assim, surgiram questionamentos sobre uma possível tributação do Pix, apesar de tal iniciativa não estar contemplada na regulamentação proposta.

Até então, o regulamento previa que apenas instituições bancárias tradicionais reportassem transações acumuladas acima de R\$ 2 mil para pessoas físicas e R\$ 10 mil para pessoas jurídicas. Com a nova portaria, esses limites foram elevados para R\$ 5 mil e R\$ 15 mil, respectivamente. A principal mudança, entretanto, foi a inclusão de praticamente todas as instituições financeiras na obrigação de fornecer os dados acumulados à Receita Federal, ampliando consideravelmente o alcance do sistema de monitoramento.

Em vez de reconhecer a preocupação legítima de segmentos da população, o governo optou por **ameaçar processar** aqueles que mencionassem a possibilidade de taxação, acusando-os de divulgar fake news. Jornalistas chegaram a afirmar que **“desacreditar políticas públicas é crime”**. O espírito autoritário ignora o sentimento crescente de insatisfação da população, que se vê sobrecarregada por uma alta carga tributária enquanto testemunha o aumento contínuo do endividamento de um governo que se recusa a combater privilégios e cortar gastos na carne.

O governo, como já demonstrado, aumentou a arrecadação em quase 10% em relação a 2023, implementou a taxação de compras internacionais após prometer que não o faria, empenha-se constantemente em restabelecer o imposto sindical para os trabalhadores e se manteve omisso diante de uma reforma tributária que consolidou o Brasil como o país com a maior alíquota de IVA do mundo. Diante desse contexto, é perfeitamente compreensível que haja desconfiança sobre o caráter arrecadatório da medida.

De fato, o pix não seria taxado neste momento, mas o objetivo da medida é inegavelmente elevar a arrecadação do imposto de renda por meio de uma base de análise de transações maior e mais automatizada. Não procedem, portanto, as falas de membros do governo que afirmaram que **“nada muda”** ou que **“o volume de informações que vai chegar à Receita Federal vai cair”**.

No dia 15/01/2024, após forte pressão popular, decidiu-se pela revogação da portaria, que será substituída por futuras regulações. Fica a dúvida se o governo tratará todos os opositores como divulgadores de *fake news* ou se reconhecerá que a medida original tinha defeitos graves e foi imposta em um contexto de saturação da população com mais impostos.

2

## E valeu a pena o sacrifício econômico para o Brasil?

Enquanto o governo compromete as finanças do país em nome do bem-estar social, na prática, pouco ou nenhum progresso social é visto pela sociedade brasileira. Não há resultados concretos nas áreas essenciais como saúde, educação e segurança. Apesar dos discursos grandiosos sobre “programas de aceleração” para essas áreas, a realidade é de retrocessos e crescente frustração da população, que vê as promessas eleitorais sendo descumpridas sistematicamente.

Em outras palavras, os sacrifícios econômicos feitos pelo governo, que resultaram em uma trajetória de dívida pública crescente e inflação descontrolada, não estão gerando melhorias sociais para a maioria dos brasileiros. Ao analisarmos os principais programas e promessas do governo, mostramos como as promessas, por mais ambiciosas que fossem, não estão se traduzindo em resultados concretos.



# Promessas de campanha

## Imposto de renda zero: promessas não cumpridas e *fake news*

Em campanha, Lula prometeu que haveria isenção total do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. De fato, entregou apenas uma *fake news* por intermédio da comunicação institucional do governo.

A [Secom publicou notícia falsa sobre o envio de projeto do Poder Executivo para isentar de imposto de renda quem ganha até R\\$ 5 mil reais](#).

Todavia, projeto dessa natureza não foi encaminhado ao Congresso Nacional e, após diversas críticas, a postagem “campeã da semana” foi retirada do ar.



## População cada vez mais endividada

Durante a campanha presidencial, o candidato Lula se comprometeu a criar programa para renegociar dívidas de famílias, em especial, as de baixa renda.

Cerca de 70 milhões de brasileiros, ou 42% da população adulta, estavam inadimplentes, principalmente famílias de baixa renda com dívidas de cartão de crédito, contas básicas e consumo no varejo.



A Medida Provisória nº 1.176/2023 formalizou o programa Desenrola Brasil, voltado à simplificação da renegociação de dívidas privadas e à ampliação do acesso ao crédito, sob coordenação do Ministério da Fazenda.

**Não obstante, após dois anos de governo e mais de um ano do lançamento do programa Desenrola, a inadimplência só cresceu: segundo o relatório "[Mapa da Inadimplência e da Renegociação de Dívidas](#)" do Serasa, 73,10 milhões de brasileiros estão inadimplentes, um aumento em relação ao dado apresentado na criação do programa (aprox. 70 milhões). Isso atesta o fracasso do programa Desenrola e o descumprimento de mais uma [promessa de campanha de Lula](#).**

## Fome no Brasil: Uso Político de Meias-Verdades e Fake News

Lula e o PT propagam mentiras e meias-verdades sobre a fome no Brasil. No terreno das meias-verdades, Lula afirmou que seu governo havia “acabado com a fome”. Todavia, os dados da FAO demonstram que, em 2014, a insegurança alimentar afligia 18,3% da população brasileira, não sendo possível afirmar que [o problema foi erradicado](#).

Criou ainda a narrativa de que a fome teria aumentado após os governos do PT. Isso não ocorreu, sendo notáveis mudanças nos indicadores apenas com o início da pandemia, um problema conjuntural.

Tabela - Indicadores da Fome - Brasil:

Período considerado	Prevalência de desnutridos na população total (%)	Prevalência de insegurança alimentar severa na população total (%)	Prevalência de insegurança alimentar moderada na população total (%)
2017 - 2019	<2,5	1,6	20,6
2018 - 2020	<2,5	3,5	23,5
2019 - 2021	4,1	7,3	28,9
2020 - 2022	4,7	9,9	32,8
2021 - 2023	3,9	6,6	18,4

Fonte: The State of Food Security and Nutrition in the World [2020](#), [2021](#), [2022](#), [2023](#) e [2024](#) (FAO/ONU).

Durante a pandemia, os dados da FAO revelam que a desnutrição e a insegurança alimentar cresceram globalmente, afetando sobretudo os países menos desenvolvidos. Na América Latina, esse impacto foi especialmente evidente, como mostram os números a seguir.

Tabela - Indicadores da Fome - América Latina:

Período considerado	Prevalência de desnutridos na população total (%)	Prevalência de insegurança alimentar severa na população total (%)	Prevalência de insegurança alimentar moderada na população total (%)
2017 - 2019	5,5	7,7	29,4
2018 - 2020	6,3	9,8	33,1
2019 - 2021	6,8	12,1	36,6
2020 - 2022	6,5	13,5	38,7
2021 - 2023	5,9	10,0	29,2

Fonte: The State of Food Security and Nutrition in the World [2020](#), [2021](#), [2022](#), [2023](#) e [2024](#) (FAO/ONU).

Por fim, a reversão dessa tendência após a pandemia era esperada e ocorreu nos diversos países, não podendo ser creditada ao governo Lula, como defendem seus aliados. Além disso, os “resultados fantásticos” divulgados pelo governo carregam suspeitas de desinformação: o presidente afirma ter retirado 24,5 milhões de pessoas da fome no primeiro ano de mandato, apoiando-se em uma pesquisa conduzida por uma ONG alinhada ao governo. No entanto, [especialistas apontam falhas técnicas e o uso de dados obsoletos](#), questionando a credibilidade desses resultados.

## Voa Brasil não decola e o "pobre não andou de avião"

Lula prometeu que “o pobre voltaria a andar de avião” e entregou o programa Voa Brasil, após um ano de diversos adiamentos e anúncios sucessivos. A promessa no lançamento era oferecer 3 milhões de passagens a preços reduzidos para aposentados. Contudo, em quatro meses, [entregou apenas 20 mil bilhetes — 0,6% do previsto](#).



*“Vamos voltar e o pobre vai andar de avião”*

[Lula](#), em aula aberta na USP.

Para piorar, o preço médio das tarifas da faixa de preços do programa (até R\$ 200,00) ficou mais elevado: de acordo com o [Painel de Tarifas Domésticas da Anac](#), as passagens de até R\$ 200,00 representavam 13% das vendas em 2023, mas caíram para 10,07% entre julho e setembro de 2024. Em outras palavras, a tarifa normalmente utilizada pelo público-alvo do programa ficou mais cara. Mais um programa mal desenhado e com resultados pífios.

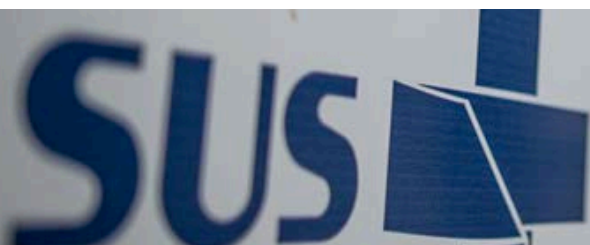
## Saúde

**De um lado, desperdício dos escassos recursos do Sistema Único de Saúde com perda recorde de imunizantes, do outro falta de vacinas consagradas no calendário infantil nos postos de saúde do país. Na saúde, a atuação ineficiente do governo também foi marcada pelo número recorde de casos e óbitos pela dengue, como também pelo aumento no número de mortes entre os indígenas do território Yanomami.**

Somente entre janeiro de 2023 a outubro de 2024, o Ministério da Saúde deixou vencer 58,7 milhões de imunizantes, o equivalente a R\$1,75 bilhões que deixou de ser efetivamente empregado no atendimento da população brasileira.

Nesse quesito, Lula só perde para o próprio Lula. No governo Lula 2 (2007 – 2010), o desperdício de recursos atrelados a imunizantes vencidos somou o equivalente a R\$ 1,96 bilhões em perdas de imunizantes.

Boa parte do desperdício está atrelado a erros de gestão, como logística e tomada de decisões quando da aquisição dos imunizantes.



A transparência dos dados relativos ao desperdício de insumos para a saúde somente foi possível mediante requerimento via Lei de Acesso à Informação - LAI, uma vez que o governo Lula não deu transparência ativa aos dados. No comparativo, esse número supera em cerca de 22% a ocorrência de descarte de imunizantes durante todo o governo de Jair Bolsonaro, segundo apurou o jornal [O Globo](#).

Em termos proporcionais, o desperdício é ainda maior ao levar em consideração que cada unidade de imunizante pode comportar mais de uma dose. Dessa forma, o desperdício passa a ser superior ao efetivamente aplicado no público alvo. No período foram registradas 217 milhões de aplicações, sendo o descarte equivalente a 385 milhões de doses, o que representaria um acréscimo de 176% a mais de pessoas imunizadas.

As notícias de desperdício e desabastecimento de vacinas consolidadas no calendário do Programa Nacional de Imunizações – PNI se tornaram uma constante nestes dois primeiros anos do governo Lula.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) teve que publicar em outubro de 2024 um estudo apontando as fragilidades na distribuição de doses de imunizantes nos municípios brasileiros pelo governo Lula. O estudo demonstrou que seis em cada dez municípios (64,7%) relataram a falta de vacinas destinadas às crianças.

O desabastecimento dos imunizantes compromete o combate a doenças como meningite, sarampo, catapora, rubéola, difteria, tétano e coqueluche, além da Covid.

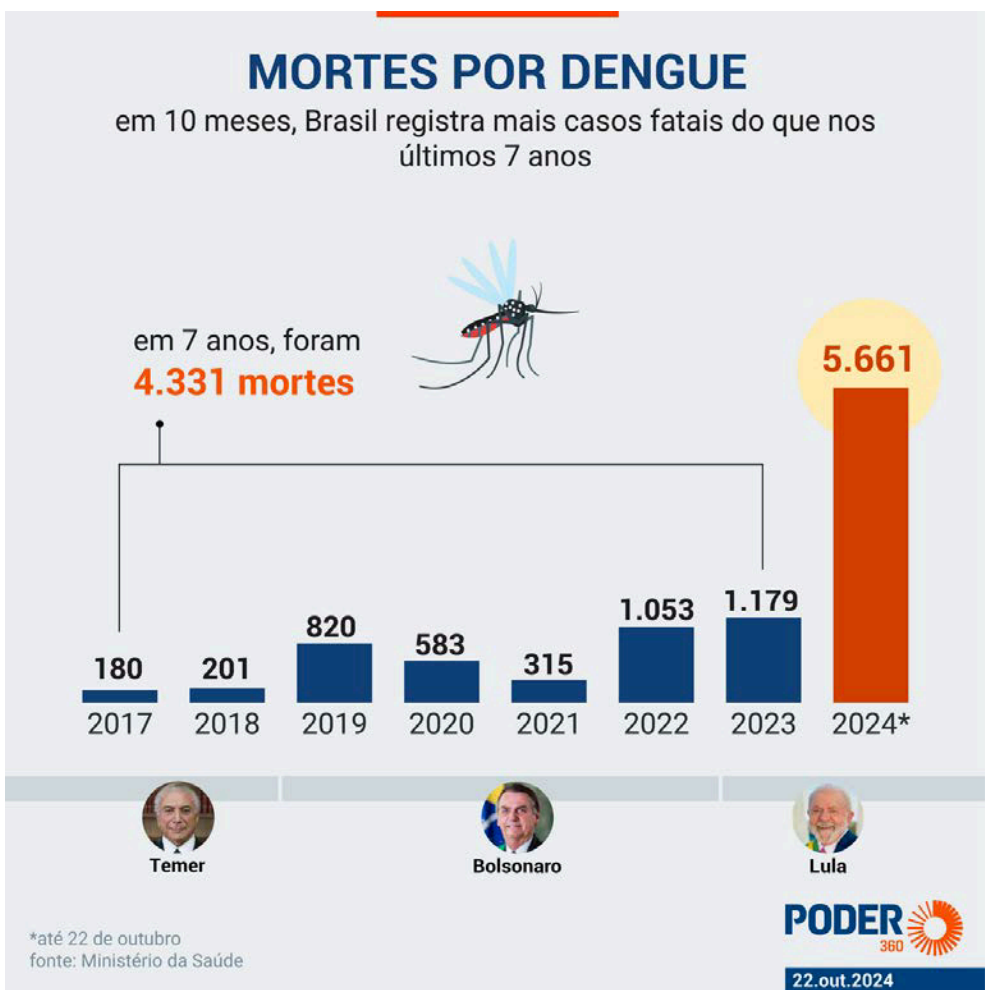
Dados atualizados pela CNM na última semana de 2024, apontaram que o desabastecimento persistiu após três meses da primeira edição da pesquisa, constando um aumento no percentual de municípios atingidos.

Cerca de 65,8% dos municípios sofrem com desabastecimento. Persistem os baixos estoques e até mesmo a ausência completa de imunizantes contra a varicela (catapora), a covid-19, a coqueluche (por falta de doses da DTP), a meningite e a febre amarela, além da tetraviral que combate o sarampo, a caxumba, a rubéola e a varicela.

Durante o governo Bolsonaro, que enfrentou uma pandemia que atravessou quase todo o seu mandato, não houve relatos de falta de imunizantes destinados à prevenção de doenças em crianças.

O próprio Ministério da Saúde apontou uma distribuição mais restrita de imunizantes para todas as doenças imunopreveníveis em 2024 na comparação com o efetuado no ano anterior. Em 2024, teriam sido distribuídas 275,2 milhões de doses de vacina, quando em 2023 foram distribuídas 329,5 milhões de doses, perfazendo uma redução de 18,3%.

Outro recorde batido pelo governo Lula que não pode ser comemorado pela população é o número de casos e de óbitos por dengue registrados nesses dois primeiros anos de seu mandato. O registro de 7.151 óbitos por dengue, representou um aumento de 267,4% em relação a todo o registro durante o governo do Bolsonaro.



Fonte: [Poder360](https://poder360.com.br).

Lula espera contar com a “ajuda de Deus” na diminuição de mortes pela doença no país. Durante coletiva no Palácio do Planalto em setembro, “Se Deus ajudar, a gente quer ter o verão com menos dengue na história desse País”, disse Lula.

Pouco noticiada e com índice de maior letalidade do que a dengue, os casos de ocorrência e óbitos por Chikungunya também foram recordes nesses dois anos de mandato do Lula. Com um total de 421.975 casos prováveis e 329 óbitos.

Já no quesito socorro ao povo Yanomami, mesmo sendo capaz de comemorar como conquista e avanço das ações do Estado naquele território, Lula também apresentou número crescente de mortes no território. Com o registro de 363 óbitos em 2023, contra 343 em 2022. Um aumento de 5,8% no comparativo. Mesmo diante do decreto de emergência pública na terra indígena Yanomami que autorizou o governo a requisitar bens, servidores e serviços necessários ao enfrentamento da emergência. Situação que daria maior agilidade de resposta ao poder público.

Porém, conforme relataram líderes Yanomami ouvidos pela reportagem da UOL, **prevalecem os problemas de saúde como a malária e a subnutrição na comunidade**, que contam com tratamentos muitas das vezes eficazes, simples e gratuitos pelo SUS. Sendo o quadro de malária considerado “estranhador” pelo presidente da associação Urihi, matando principalmente crianças.



## Segurança Pública

O Brasil tem se destacado negativamente como um dos países mais inseguros do mundo. Em 2024, o [Global Peace Index](#) classificou o país na 131ª posição entre 163 nações em segurança, ocupando o terceiro lugar mais crítico na América do Sul, atrás apenas de Venezuela e Colômbia. Além disso, o relatório do IEP estima que a violência consome 11,08% do PIB brasileiro, um custo alarmante e quase o [dobro do estimado anteriormente pelo IPEA no Atlas da Violência \(5,9% do PIB\)](#). Esses números revelam a fragilidade das políticas públicas e a incapacidade de conter os efeitos devastadores da violência na economia e na sociedade.

O governo age de forma perversa contra as forças policiais e caminha para neutralizar as ações contra criminosos nos estados. O resultado não poderia ser outro, a sensação de insegurança no país é crescente. Isso tem sido demonstrado nas recentes pesquisas encomendadas pelo próprio presidente Lula. [Pesquisa do Datafolha](#) mostra que 65% dos brasileiros têm medo de sair à noite, um aumento de cinco pontos percentuais em comparação a levantamentos anteriores. [Dados do Ipespe](#) reforçam essa realidade, indicando que metade da população não se sente segura onde mora, com roubos, furtos e o tráfico de drogas entre os maiores temores.

O combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas, de fato, não parecem ser prioridade para Lula. Ao invés de trabalhar junto a sua base no Congresso Nacional para enfrentar o crime com leis mais rígidas, o que se vê é exatamente o contrário. Desde janeiro de 2023, Lula vem desmantelando a ação das polícias estaduais de norte a sul do país, sem falar na perseguição a um grupo específico de pessoas que buscam desenvolver atividades relacionadas à coleção de armas, ao tiro esportivo e à caça.



Nesse início do terceiro ano da gestão de Lula, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski assinou três portarias, estabelecendo diretrizes mais rigorosas para o uso da força policial. Tais portarias complementam um decreto anterior publicado por Lewandowski no “apagar das luzes” no ano passado.

A medida condiciona os repasses de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário Nacional à adesão das normas, para “assegurar a correta utilização da força nas ações de segurança pública”. Um dos documentos proíbe o uso de armas de fogo contra suspeitos de crimes em fuga que estejam desarmados e contra veículos que furam bloqueios policiais, exceto em situações de risco iminente. Também restringem o apontamento de armas durante abordagens e o disparo de tiros de advertência.

A normativa também determina que o uso de algemas deve ser justificado em boletins de ocorrência ou relatórios operacionais, em conformidade com a decisão do STF de 2008. Segundo o texto, a arma de fogo deve ser o último recurso, sendo os policiais incentivados a portar equipamentos de menor potencial ofensivo. Para as polícias penais, é recomendado que não sejam utilizadas armas de fogo durante movimentações internas de presos, sendo exigida documentação adequada para qualquer uso da força.

A reboque, foi criado um Comitê de Fiscalização, composto por integrantes do Ministério da Justiça, da sociedade civil e agentes policiais, para monitorar a implementação das diretrizes. O ministério da justiça também informou que está investindo R\$120 milhões em armas não letais, como sprays de pimenta e armas de choque, para “proteger a vida dos policiais e da população”.

Lula e Lewandowski “aproveitaram os embalos” de janeiro para apresentarem uma nova versão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, incluindo sugestões feitas por governadores. Todavia, as primeiras impressões de especialistas em segurança pública, bem como de parlamentares da “bancada da bala” não são boas. Lula deve ter dificuldade na tramitação dessa PEC no Congresso Nacional.

Governadores da oposição ao governo Lula permanecem atentos sobre a PEC, que deve ser enviada para o Congresso Nacional em meados de março. Enquanto isso, as articulações dos parlamentares e dos governadores deverão se concentrar em derrubar o decreto de Lula que limita o uso da força policial. A invasão de competência é evidente. O governo federal está desconectado da realidade dos operadores da segurança pública nos estados da federação.



Por fim, infelizmente, observamos que **todas as formas de violência contra as mulheres aumentaram**, evidenciando a ineficácia das políticas promovidas pelos ministérios considerados "mais ideológicos", que têm se mostrado pouco pragmáticos e incapazes de enfrentar esse grave problema de forma efetiva. De acordo com o **Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024**, houve crescimento dos registros de importunação sexual (+48,7%), assédio sexual (+28,5%), divulgação de cena de estupro/sexo/pornografia (47,8%), ameaças em geral (16,5%), agressões decorrentes de violência doméstica (+9,8%), tentativa de homicídios contra mulheres (+9,2%) e estupros (+6,5%).

O anuário traz outros dados que deveriam acender um alerta no governo, ao expor o descompasso entre a retórica oficial e a realidade em pautas centrais à militância. Os casos de racismo aumentaram 77,9%, os de homofobia e transfobia dispararam 87,9%, e os homicídios de pessoas LGBTQI+ cresceram 41,7%, revelando que o "governo do amor" não parece ser capaz de oferecer tranquilidade.

## Trabalho

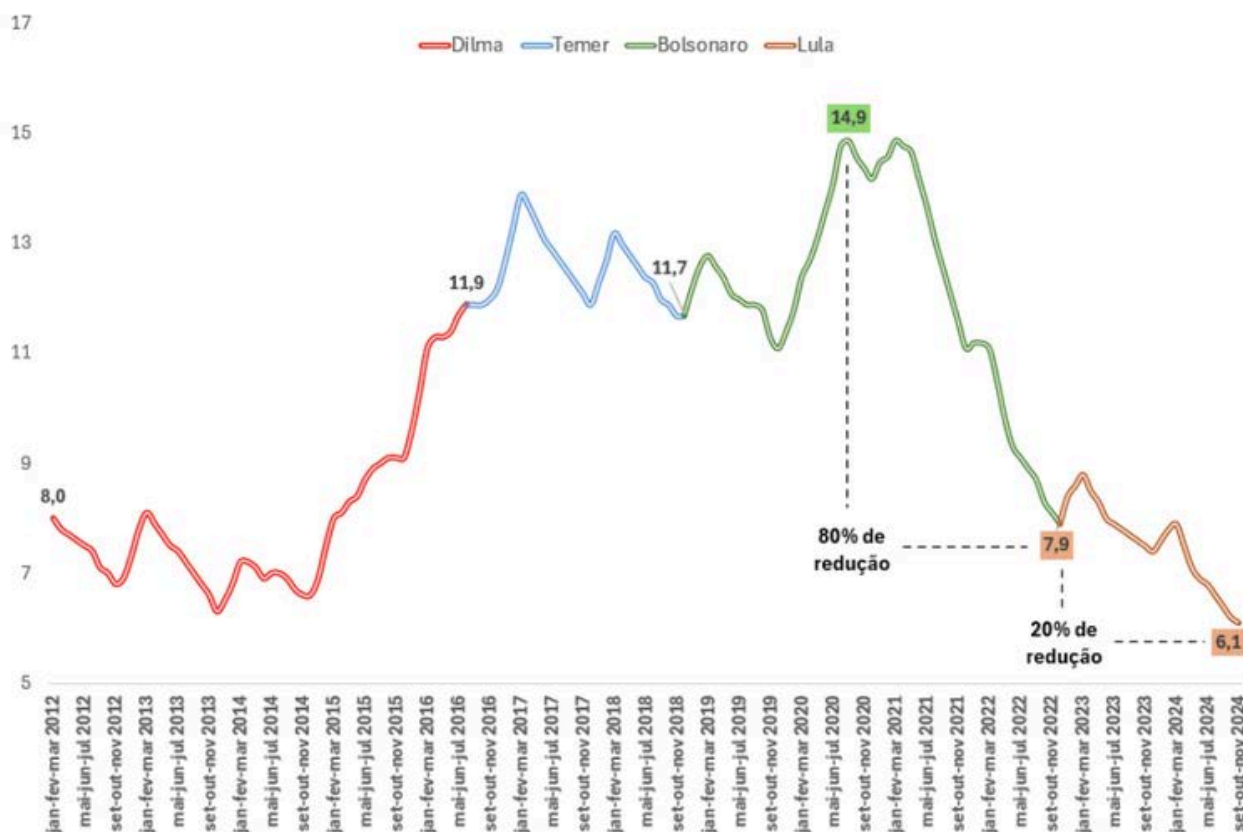
### Geração de Empregos

Após um pico de desemprego durante a pandemia, as políticas implementadas pela gestão Bolsonaro garantiram um aumento constante e rápido da população empregada. Desse pico de 14,9% até o fim do mandato, a taxa de desemprego caiu 7p.p., alcançando os 7,9% no fim de 2022. Isso com o governo finalizando o ano com superávit.

O que vimos no início da gestão Lula foi a já explicada expansão fiscal. Apesar desse forte impulso em gastos, transferências e crédito resultou em uma redução de desemprego de apenas 1,8p.p. (20% da redução observada no desemprego). O problema é que esse impulso **não parece ser sustentável**, diferente do que víamos antes. Isso mostra a pouca efetividade das políticas atuais em gerar um ambiente econômico saudável e sustentável.

Nesse ritmo, a tendência é que observemos cada vez mais inflação e maior necessidade de gastos para manter a taxa de crescimento atual do PIB, o que pioraria a inflação e os juros da economia do país no médio prazo. Como consequência, teríamos perda de empregos e menor desenvolvimento, o que colocaria os resultados positivos do passado em risco.

Taxa de desemprego trimestral - Pnad:



Fonte: Pnad/IBGE.

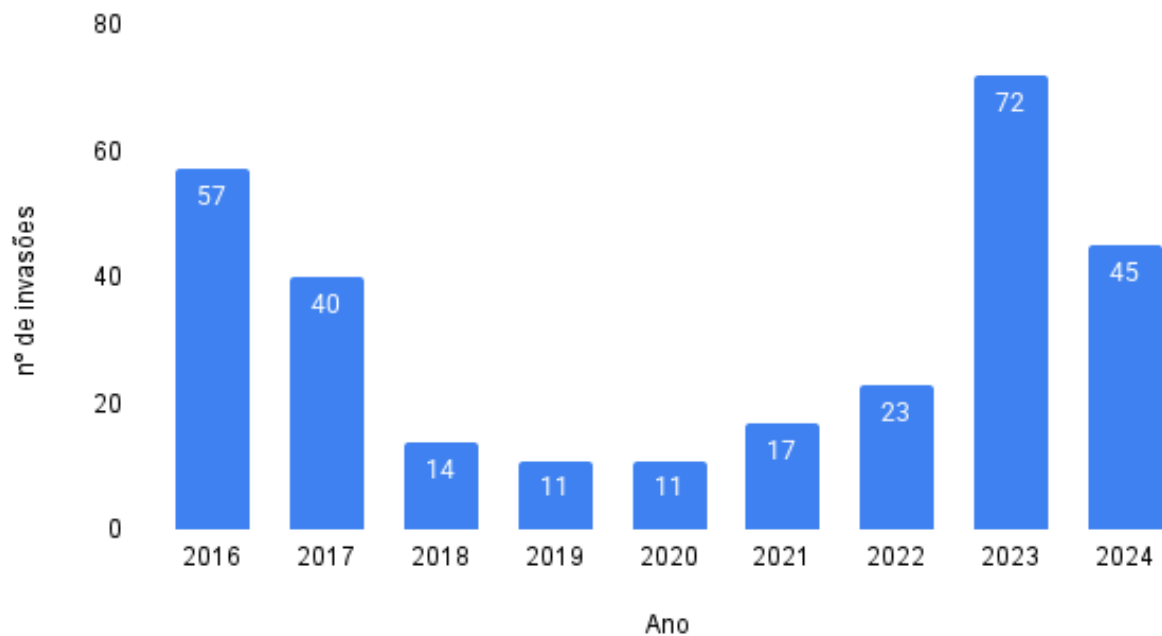
## Agro

### Invasão de terras

O aumento das invasões de terras no Brasil atingiu níveis alarmantes, com um **crescimento de 213% em 2023 e registros no primeiro semestre de 2024 já superando qualquer ano do governo Bolsonaro**. Apesar disso, o governo tem adotado medidas que favorecem movimentos como o MST, incluindo nomeações políticas e mudanças normativas, como a Instrução Normativa INCRA nº 132/2023, que delega a escolha de novos assentados aos próprios movimentos e extingue estudos essenciais para a viabilidade econômica dos assentamentos, ampliando a evasão das famílias.



### nº de invasões versus Ano



Fonte: Incra/CNA.

Críticas também recaem sobre o Decreto nº 11.688/2023, que dificultou a regularização fundiária de pequenos agricultores fora de comunidades indígenas ou quilombolas, deixando mais de 352 mil glebas pendentes de titulação. Além disso, irregularidades nos assentamentos ligados ao MST foram destacadas, com mais de 205 mil lotes vagos e 580 mil beneficiários com indícios de irregularidades, incluindo funcionários públicos e empresários. Tais dados expõem falhas na gestão do INCRA e políticas que priorizam interesses políticos em detrimento de soluções para o setor produtivo.

O governo enfrenta cobranças por respostas claras sobre o incentivo às invasões e a falta de políticas efetivas de manutenção para famílias assentadas. Entidades representativas e parlamentares questionam a viabilidade de ações recentes e a aparente negligência em garantir segurança jurídica para pequenos e médios produtores, enquanto demandas por maior transparência e planejamento no uso de terras públicas seguem sem respostas concretas.



# CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA



## Cultura

Enquanto Bolsonaro atuou durante seu mandato visando descentralizar das mãos de poucos e popularizar os recursos atrelados ao incentivo à cultura da Lei Rouanet, endurecendo as regras e estabelecendo limites, Lula alterou a regulamentação e vem batendo recordes de projetos aprovados nesses dois primeiros anos de governo.

Em linhas gerais, o governo Bolsonaro reduziu os valores do teto do cachê pago a artistas, de R\$45 mil para R\$3 mil por apresentação; além do valor do teto de projetos beneficiados, de R\$1 milhão para R\$500 mil. Outra medida adotada, visando a ampliação do alcance da Lei Rouanet foi a definição da obrigatoriedade de que 10% do valor de patrocínio das empresas fossem destinados a projetos iniciantes.

Gráfico. Série histórica de valores aprovados para captação de projetos culturais via Lei Rouanet – 2003 a 2024.

**EVAIR DE MELO** | DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



Fonte: [Poder360](https://poder360.com.br).

Somente em 2023, o governo Lula aprovou a liberação de R\$16,3 bilhões para projetos culturais, corrigidos pela inflação que chegam a R\$17,5 bilhões. Quantia maior que a ofertada em todo mandato de Jair Bolsonaro. Em 2024, não foi diferente. Novo recorde com 16,9 bilhões de reais aprovados em captação de recursos.

**Projetos esses que, logrando êxito na captação dos recursos necessários ao seu financiamento, ampliam diretamente o volume de recursos de renúncia fiscal, em evidente contraste com o ajuste fiscal necessário ao país.**

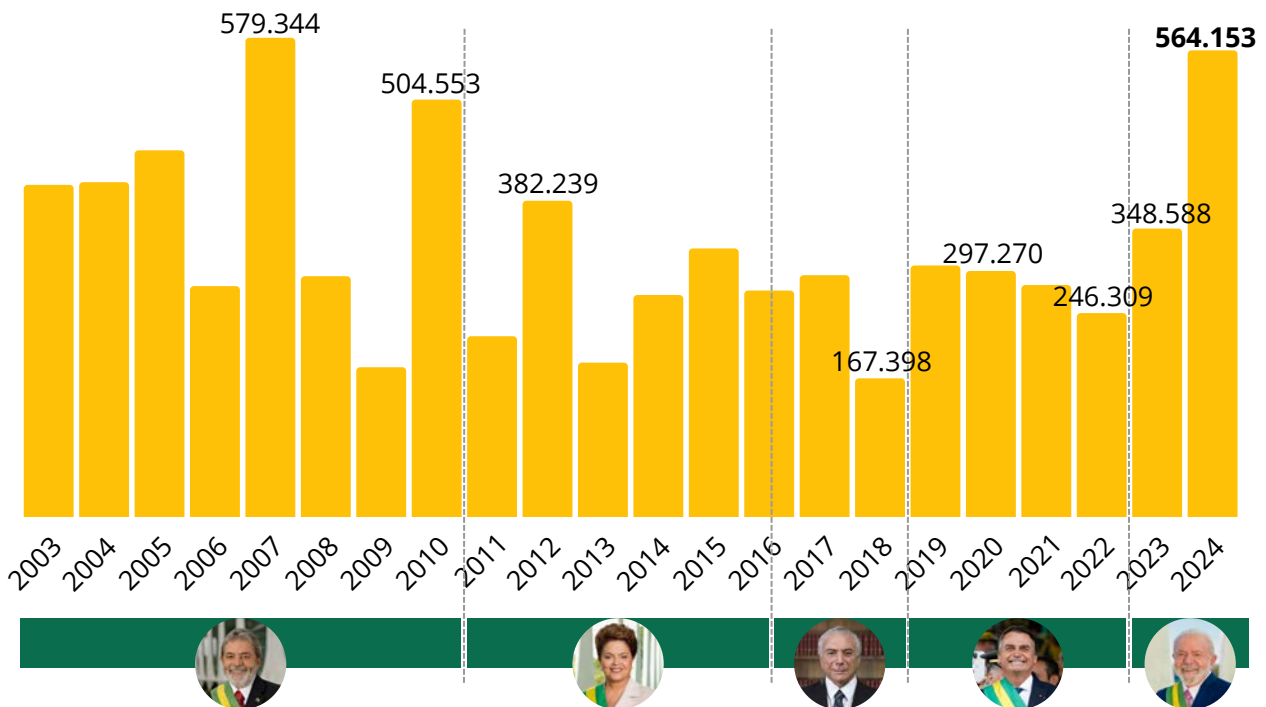
## Meio Ambiente

O aumento recorde das queimadas em 2024 expôs a falta de planejamento e ações efetivas do governo, que alocou recursos insuficientes para prevenção e combate aos incêndios, mesmo diante de alertas climáticos prévios. A negligência e a adoção de medidas controversas geraram insegurança jurídica e críticas sobre a gestão ambiental, agravando a destruição dos biomas brasileiros.

No comparativo de janeiro a novembro de cada ano, a área queimada (Km<sup>2</sup>) em 2024 foi 62% maior que no último ano, com o registro de **mais de 564 mil quilômetros quadrados de destruição** (gráfico 1), e 85% maior que o pior resultado do governo Bolsonaro, quando foram registrados 303 mil km<sup>2</sup> em 2019.



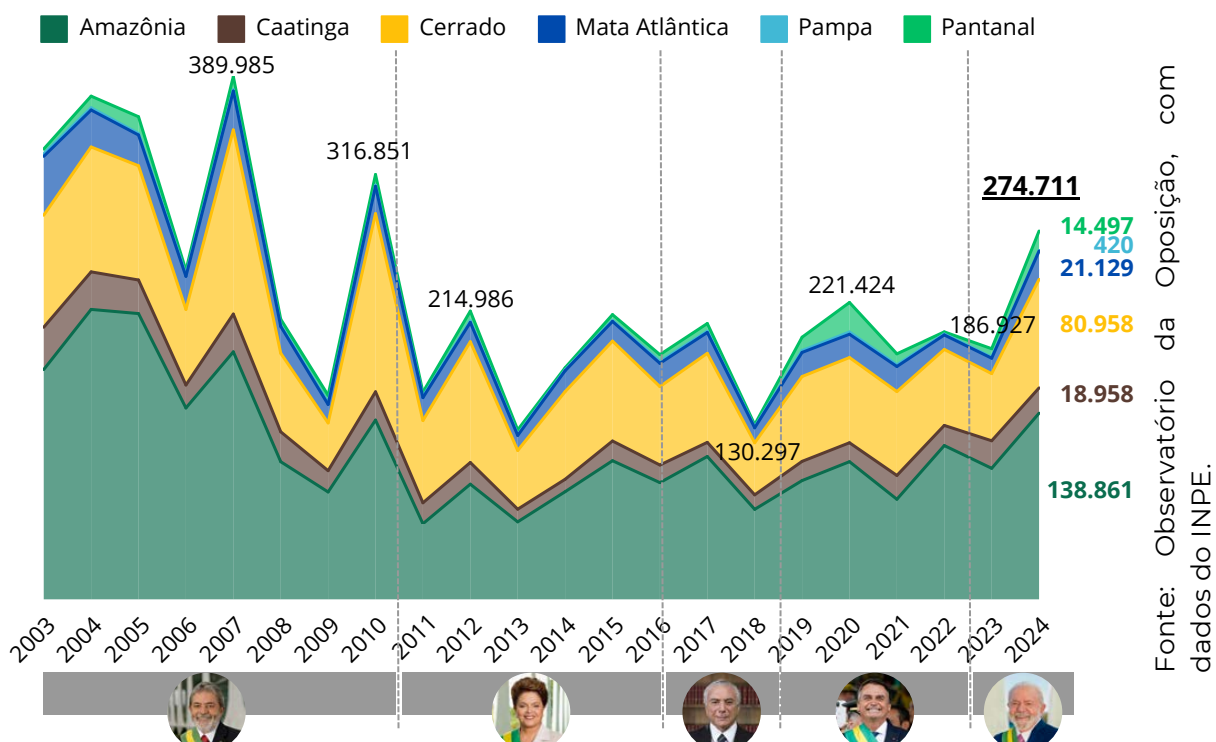
Gráfico 1. Evolução da área queimada (Km<sup>2</sup>), acumulado de janeiro a novembro de cada ano:



Fonte: Observatório da Oposição, com dados do INPE.

Ao analisar a evolução dos focos de incêndios detectados pelo satélite de referência do INPE em cada bioma (gráfico 2), observa-se um **crescimento de 127% dos focos no bioma Pantanal** em relação ao ano anterior, **84% na Mata Atlântica**, **61% no Cerrado** e **42% na Amazônia**, totalizando **274 mil focos de incêndio no país**, no intervalo de 1º de janeiro a 19 de dezembro.

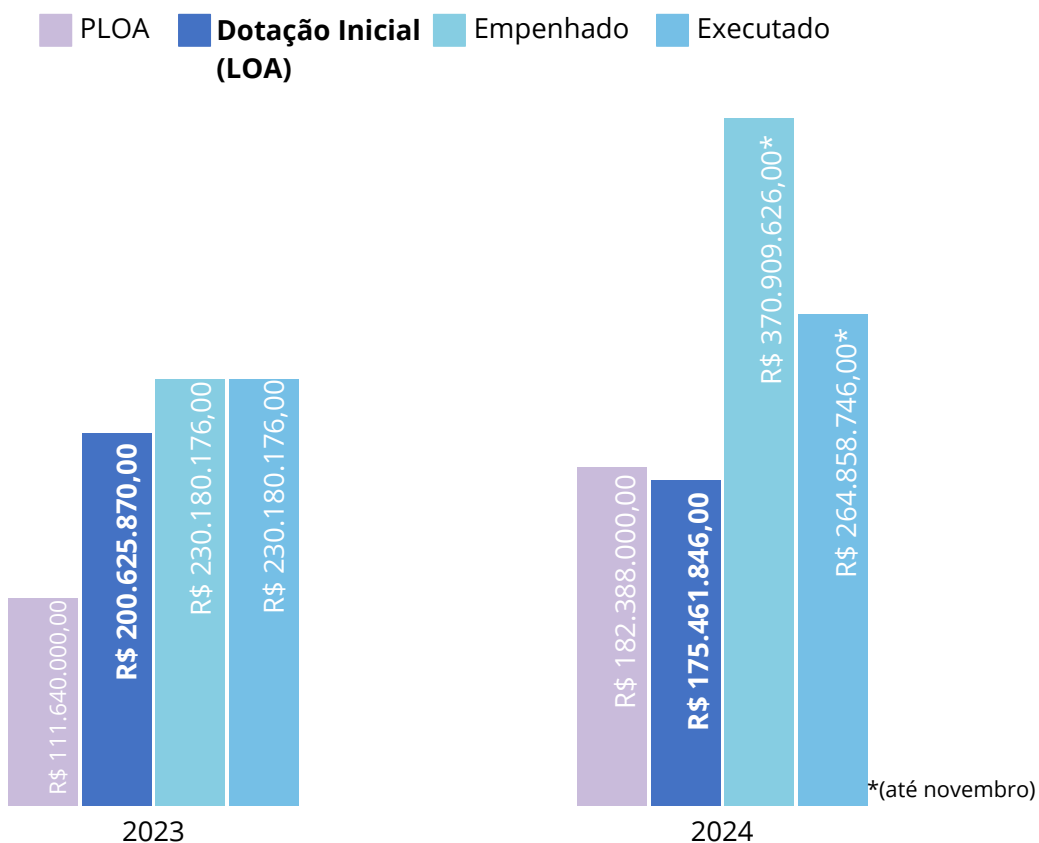
Gráfico 2. Número de focos de incêndios, evolução anual comparativa de biomas do Brasil, no intervalo de 01/Jan até 19/Dez:



Apesar de alertas climáticos prévios, incluindo um forte El Niño previsto desde 2023, o governo alocou recursos insuficientes para monitoramento, prevenção e combate aos incêndios, demonstrando falta de planejamento.

O governo e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, culpam fatores externos como mudanças climáticas e crimes ambientais, além do Congresso por cortes no orçamento, embora os recursos solicitados inicialmente tenham sido inferiores ao executado em 2023.

Gráfico 3. Orçamento para as ações de monitoramento, prevenção, fiscalização e combate às queimadas e incêndios (20V9 + 214M + 214P):



Legenda:

- 20V9 - Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)
- 214M - Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias
- 214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais

Fonte: Observatório da Oposição, com dados do SigaBrasil.

A atuação tardia e desorganizada do governo em 2024 consolidou o país como campeão das queimadas, evidenciando a falta de planejamento prévio essencial para mitigar o problema. Embora os recursos tenham sido remanejados no meio do ano, as ações chegaram tarde demais.

Combater queimadas requer planejamento estratégico com metas claras, orçamento adequado, pessoal especializado, equipamentos apropriados, programas preventivos, monitoramento contínuo e resposta ágil, além de coordenação entre instituições e governos estaduais. No entanto, apenas em 24 de junho de 2024, a ministra do Planejamento anunciou o repasse de recursos, quando o impacto das queimadas já era devastador, reafirmando a negligência governamental como principal fator do recorde histórico de incêndios.

## Energia

### Custo da energia entre os mais caros do mundo

O Brasil lidera o ranking de maior custo de energia elétrica residencial em relação à renda per capita entre 34 países da OCDE, segundo [levantamento da Abrace Energia](#). O estudo revela que o gasto com energia pesa mais no orçamento das famílias brasileiras do que países como Estados Unidos e Espanha, ou até mesmo em emergentes, como Chile e Turquia.





O [Relatório "Orçamento de Subsídios da União 2023"](#) do Ministério do Planejamento e Orçamento indica que, entre 2003 a 2015, os governos petistas ampliaram constantemente os subsídios, que aumentaram de 2,96% para 6,66% do PIB, um crescimento de 3,69 pontos percentuais. Após 2015, coincidindo com o processo de impeachment de Dilma Rousseff, os subsídios foram reduzidos, caindo para 4,66% do PIB em 2020.

Todavia, o padrão perdulário e descontrolado volta a se repetir no governo Lula III: a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) teve **um aumento de 22% (R\$ 7,4 bilhões) entre 2023-2024**. [Estima-se que cada R\\$ 1 bilhão adicional na CDE eleve as tarifas de energia em 0,5 ponto percentual](#).

Tabela - Subsídios no Setor de Energia (CDE) - em bilhões:

Subsídios no setor de energia	2022	2023	2024
CDE	33,5	40,3	40,9

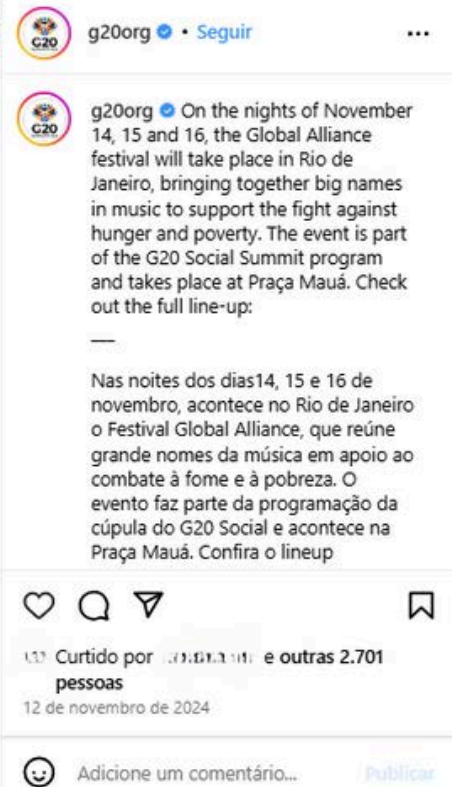
Fonte: [Subsidiômetro \(Aneel\)](#).

## Aplicações paralelas que drenam a modicidade tarifária

Observa-se no atual governo a tendência de destinar recursos que poderiam ser empregados na modicidade tarifária de energia para finalidades no mínimo questionáveis. Por exemplo, Itaipu [teve uma elevação de despesas](#) para investimentos em "projetos socioambientais" e patrocínios.

Entre os projetos socioambientais, destaca-se a contratação da Central da Reforma Agrária do Paraná, composta por 23 cooperativas vinculadas ao MST, por R\$ 81 milhões, medida [criticada por entidades de defesa dos consumidores de energia, que apontam indícios de uso político na iniciativa](#).

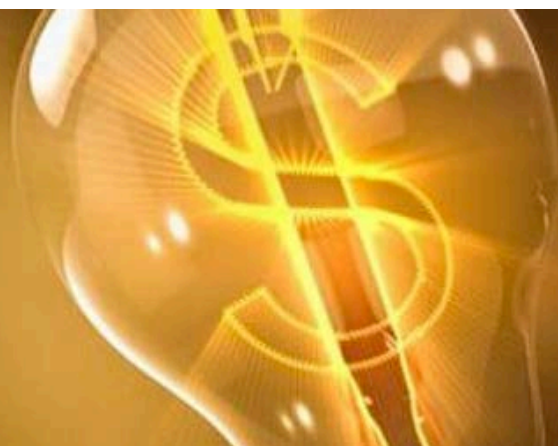
Sobre os patrocínios, é possível notar mesmo casos de desvio de finalidade. Um exemplo é o possível desvio de finalidade dos recursos do programa "Itaipu Mais que Energia" para financiar os shows do "Aliança Global Festival" (vulgo Janjapalooza), evento [anterior à cúpula do G20](#), marcada para os dias 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro. Na arte de [divulgação publicada no perfil oficial do evento no Instagram](#), o patrocínio da Itaipu é destacado no canto esquerdo.



De acordo com informações obtidas no [portal de transparência de Itaipu](#), a companhia ofereceu para o evento o montante de R\$ 15 milhões em patrocínio, informando também que a autorização foi conferida por ato da diretoria-executiva da empresa.

No entanto, entendemos que a iniciativa foge do escopo do programa Itaipu Mais que Energia", que prevê a destinação de recursos para atender ["434 municípios, incluindo todos os 399 do Paraná e outros 35 no Sul do Mato Grosso do Sul"](#). Lembremos que o Janjapalooza ocorreu no Rio de Janeiro.

Esse caso é mais um exemplo dos inúmeros problemas envolvendo patrocínios, o que dá mostra da postura irresponsável do governo nos últimos dois anos, que poderia aplicar esses recursos excedentes na promoção da modicidade tarifária para a população brasileira.



# Transparência

## Aumento da negativa de acesso a informações públicas

Durante a campanha presidencial de 2022, Lula criticou duramente uma pretensa falta de transparência do governo Bolsonaro, **prometendo que sob sua liderança**, resgataria a transparência e garantiria o cumprimento da Lei de Acesso à Informação.



*“Qualquer pessoa podia saber o que acontecia no nosso governo. Agora, o Bolsonaro, não”.*

**Lula**, durante a Campanha Presidencial de 2022.

**Não obstante, em termos de resultados concretos, de acordo com o "Painel Lei de Acesso à Informação" mantido pela CGU, observamos que as negativas de pedidos de informação foram ampliadas durante os dois anos de Governo Lula em comparação com o último ano de Governo Bolsonaro, conforme pode ser observado na tabela abaixo.**

Pedidos de Informação Negados pelo Governo:

Ano	Nº total de Pedidos	Porcentagem de Pedidos Negados	Total de pedidos negados
2022	80.047	7,16	5.731
2023	98.454	7,72	7.601
2024	117.267	8,38	9.826

Fonte: **Painel Lei de Acesso à Informação (CGU)**.



## Crescimento das Denúncias de Assédio Moral e Sexual no Governo Federal

Denúncias de assédio moral e sexual têm se multiplicado no governo Lula, atingindo até figuras de alto escalão, como [a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, que enfrenta 17 denúncias de assédio moral](#).

Essas acusações refletem uma contradição preocupante no governo, que publicamente defende causas de justiça social, mas tem demonstrado inação ao lidar com casos envolvendo seus próprios membros.

A situação torna-se ainda mais grave quando se observa a recorrência de episódios envolvendo a alta cúpula do governo, como no caso da ministra Anielle Franco, que teria sido assediada sexualmente pelo então ministro Silvio Almeida, situação que aparentemente era de conhecimento da presidência.

[Dados coletados pela Controladoria-Geral da União \(CGU\)](#) demonstram um aumento expressivo no número de denúncias de assédio moral e sexual **no governo Lula, com 6.516 casos registrados em 2023** (aumento de 86%) e 6.454 até o momento em 2024, contrastando com os números significativamente menores do governo Bolsonaro (em 2022, 3.494 registros).

Essa disparidade aponta para uma falha sistêmica do novo governo, que, apesar do discurso progressista, não tem demonstrado eficácia em enfrentar os problemas internamente.



Fonte: [Painel Resolveu? - CGU.](#)

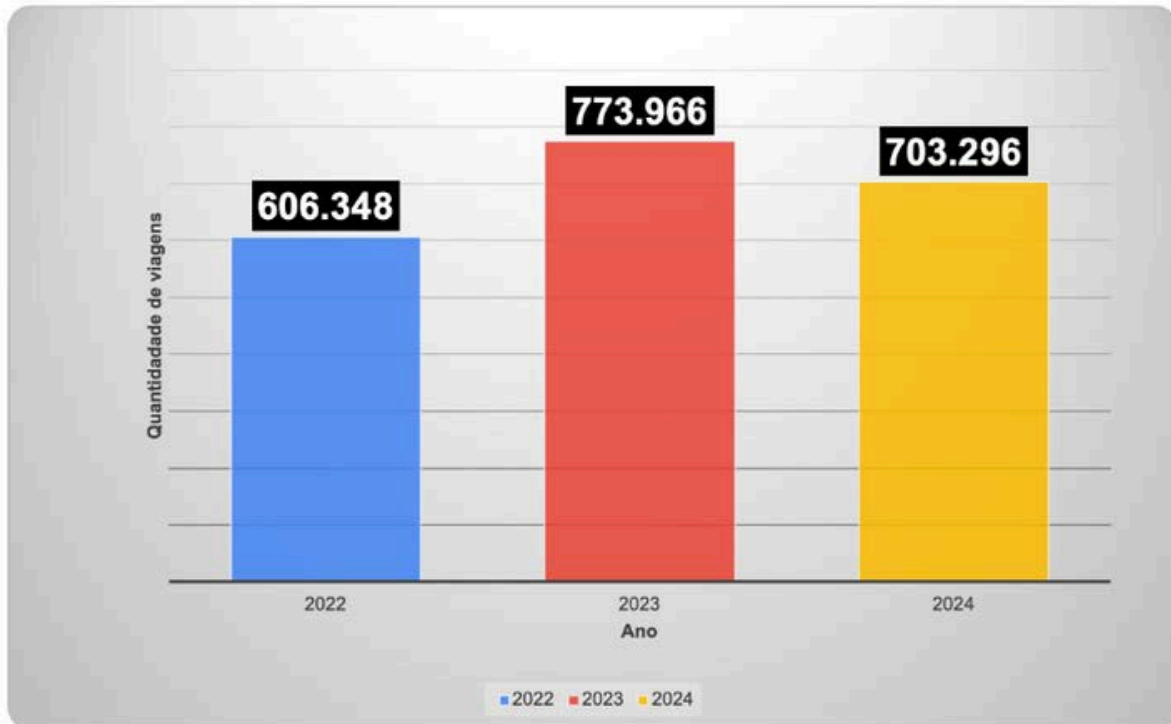
## Crescimento dos gastos com viagens

O governo federal aumentou em 28% o número de viagens em 2023, passando de 606.348 para 773.966, enquanto os gastos cresceram 49%, totalizando R\$ 2,09 bilhões em comparação aos R\$ 1,40 bilhões de 2022.

Em 2024, os gastos com viagens permaneceram elevados, atingindo cerca de R\$ 1,9 bi com a realização de 703.296 viagens. Em meio a debates sobre aumento de impostos, esses números escancaram o descompasso entre a voracidade arrecadatória do governo e sua incapacidade de gerir os recursos públicos com eficiência, desfazendo qualquer pretensão de coerência no discurso de austeridade.

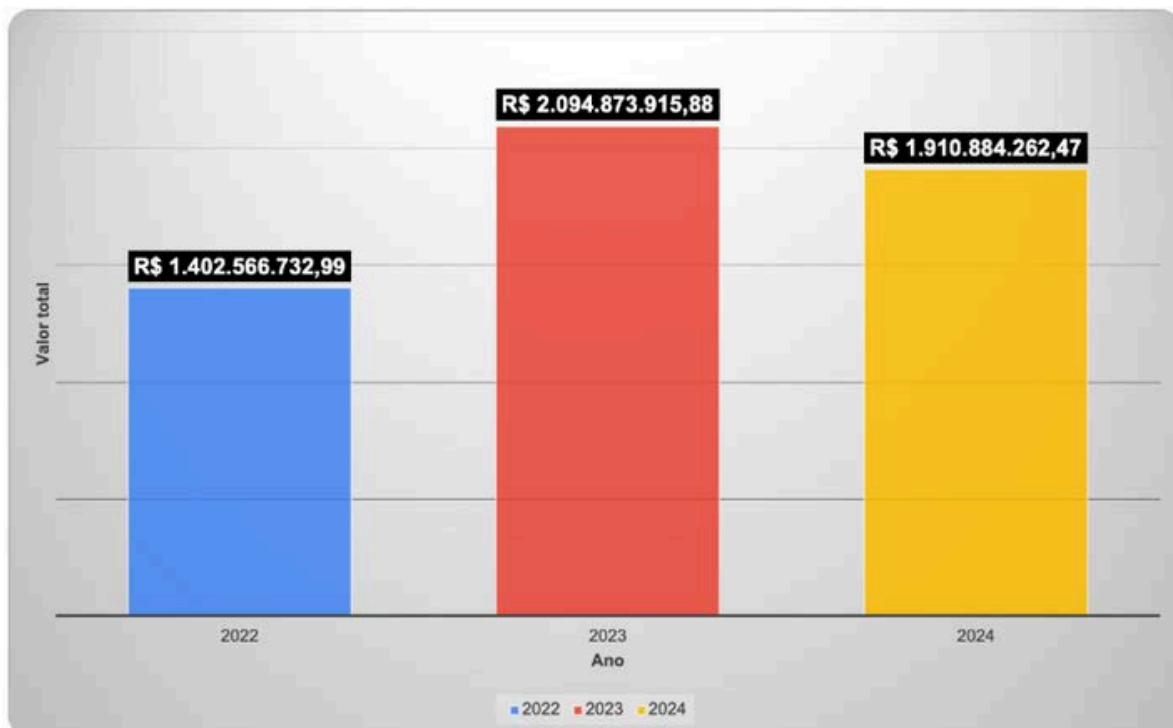


Quantidade de viagens:



Fonte: [Painel de Viagens](#).

Gráfico 2- Valor total gasto com viagens por ano:



Fonte: [Painel de Viagens](#).

## Internacional

Na política externa, a atuação do governo Lula tem se pautado no apoio a ditaduras e regimes autocráticos em evidente contraste com o discurso interno adotado, de ser um governo atuante e defensor dos direitos humanos.

Lula manteve o foco no relacionamento com países do **sul global**, fazendo grandes investimentos em obras de infraestrutura em seus governos passados em países aliados, como Venezuela, Cuba e Bolívia.

Segundo dados do portal do **BNDES**, as dívidas decorrentes de inadimplimentos de pagamentos de contratos de obras no exterior, no acumulado até março de 2024, chegam a US\$ 1,2 bilhão, sendo da Venezuela (US\$ 780 milhões), Moçambique (US\$ 122 milhões) e Cuba (US\$ 297 milhões). Outros US\$431 milhões estão por vencer desses países. Dívidas decorrentes de empréstimos obtidos junto ao BNDES e garantidos por fundo custeado pelo Tesouro Nacional (Fundo de Garantia à Exportação - FGE).

Em contraponto, Bolsonaro conduziu a política externa brasileira de modo a promover a reaproximação e realinhamento do Brasil com países de governos democráticos, em especial com os Estados Unidos, tendo como foco minar o direcionamento de recursos públicos a países sob regimes ditatoriais. Nesse sentido, atuou e chegou a formalizar a saída do Brasil da **Unasul – União das Nações Sul-Americanas**, bloco inicialmente composto por 12 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), criado com o respaldo de Lula e Hugo Chávez, cujo financiamento da estrutura do bloco beirou a 39% por parte do Brasil.



Ainda em abril de 2018, a Unasul teve suas atividades suspensas pelo Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Colômbia, por falta de acordo com a Bolívia e a Venezuela sobre a eleição do novo secretário-geral, momento em que a Colômbia decidiu por sair do bloco.

Bolsonaro em seu primeiro ano de mandato declarou a saída do Brasil da Unasul, atuando de modo a instituir um novo organismo, o **Prosul**, sem a participação da Venezuela. A criação do Prosul consolidaria o isolamento da Venezuela. Um dos idealizadores do novo bloco, o então presidente do Chile, Sebastian Piñera, chegou a justificar a exclusão da Venezuela do Prosul por não respeitar a democracia e os direitos humanos. Mesmo em janeiro daquele ano, o governo Bolsonaro já havia reconhecido Juan Guaidó, então presidente em exercício da Venezuela nomeado pela Assembleia Nacional, como legítimo presidente da Venezuela.

Lula, por sua vez, oficializou o retorno do Brasil à Unasul, que atualmente tem como membros Bolívia, Guiana, Suriname e Venezuela, além do Peru, que está suspenso. Em relação ao Mercosul, o governo Lula tenta uma aproximação com a Colômbia que, segundo avaliação de especialistas, ajudaria Lula a pautar negociações de acordos comerciais com a União Europeia e a China.

Quanto à situação **política da Venezuela**, Lula, mesmo diante de todas as evidências de fraude eleitoral, não passou nem perto de se posicionar contrário à reeleição de Nicolás Maduro à presidência da Venezuela. Chegando a afirmar que a questão era apenas de retórica. Preferiu enveredar o governo brasileiro em uma tentativa frustrada de mediar os conflitos e a falta de transparência no resultado das eleições presidenciais daquele país, mesmo frente às evidências e às declarações de representantes dos EUA e de países da América e da Europa que cobraram a divulgação de todas as atas de votação e a demonstração detalhada dos votos registrados pelos eleitores, com posterior não reconhecimento da vitória de Maduro na Venezuela.

A vitória de Maduro, por sua vez, é reconhecida por países com regimes considerados não democráticos, como Belarus, Irã, Qatar, Nicarágua, China e Rússia.

Mesmo diante do cenário político internacional e da recente emissão de declaração conjunta de várias delegações da Organização dos Estados Americanos – OEA rejeitando a posse de Maduro, Lula resolveu confirmar a presença da embaixadora na posse de Maduro. **Sinalizando seu aval à perpetuação de Nicolás Maduro no poder.**



Na condução da participação brasileira no **Brics** a atuação do governo Lula também não importa ao país grande brilhantismo. Deu à ex-presidente Dilma Rousseff a condução da presidência do Novo Banco de Desenvolvimento - NBD, o banco dos Brics, e vem cedendo aos intentos comerciais da China.

Enquanto Bolsonaro indicou à presidência do banco o economista e diplomata Marcos Troyjo, com vasto currículo e cofundador e diretor do BRICLab, centro de estudos sobre o Brics na Universidade Columbia (Estados Unidos), onde lecionou economia e relações internacionais, tendo sido secretário de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia do Paulo Guedes, Lula pressionou pela saída antecipada de Troyjo para indicar Dilma Rousseff. Troyjo teve sua atuação elogiada pelo banco quando de sua saída, sendo considerado instrumental para o sucesso do NBD, segundo nota da instituição.

O posicionamento político atrelado a vertentes de regimes autocráticos do governo Lula está presente até mesmo em seu posicionamento quando do apoio da entrada do Irã e da Arábia Saudita no grupo dos Brics, em agosto de 2023. Especialistas avaliaram à época que a ampliação do Brics, com base nos países convidados, poderia representar um aumento da influência geopolítica da China. E, até mesmo, a constituição de um grupo antiocidental, sendo que internamente não assegura melhora no comércio exterior brasileiro.

Para o pesquisador [Renato de Almeida Vieira e Silva](#), o governo Lula cedeu às pretensões chinesas, mesmo podendo perder peso nas decisões do bloco, almejando o apoio da China em seu intento de galgar um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Pretensão vista por muitos como um desejo pessoal de Lula.

Ainda nessa mesma linha de expansão e alinhamento político-econômico, em outubro de 2024, o governo brasileiro não se opôs a entrada no bloco, mesmo que na condição de parceiros, da Turquia, Indonésia, Bielorrússia, Cuba, Bolívia, Malásia, Uzbequistão, Cazaquistão, Tailândia, Vietnã, Nigéria, Uganda e Argélia.

Na **guerra Israel-Hamas**, iniciada a partir dos eventos ocorridos em solo israelense em outubro de 2023, em que mais de 1 mil civis [israelenses](#) e mais de 350 soldados e policiais israelenses foram mortos, com cerca de 250 civis e soldados israelenses feitos de reféns, o governo Lula optou por ignorar os fatos históricos e o real alvo de Israel, defendendo e se colocando do lado dos grupos terroristas que atacaram Israel e que promovem ações brutais contra civis, reprimem direitos de minorias, crianças e mulheres. Mesmo após um ano e três meses do início do conflito, ainda há reféns em poder do grupo terrorista Hamas.

Lula chegou a acusar Israel de genocida contra o povo palestino, comparando a condução do conflito ao holocausto. Declaração considerada como antissemita e que repercutiu negativamente na imprensa internacional e nas comunidades judaica.

O conflito inicialmente declarado contra o grupo Hamas, que assumiu a autoria do atentado contra civis no território israelense, juntamente com a Jihad Islâmica e a Frente Popular para a Libertação da Palestina, com o apoio do Irã, escalou para outros grupos de terroristas, aliados como o Hezbollah e o Irã.

O posicionamento político adotado pelo governo Lula em relação a esse conflito causou, inclusive, incômodo nos países da zona da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE quanto a demora do Brasil em declarar o Hamas como grupo terrorista. As atitudes do Lula chegaram a levar o chanceler israelense, Israel Katz, a declará-lo pernona non grata e a realizar uma reunião com o embaixador do Brasil, Frederico Meyer, estrategicamente no memorial do Holocausto.

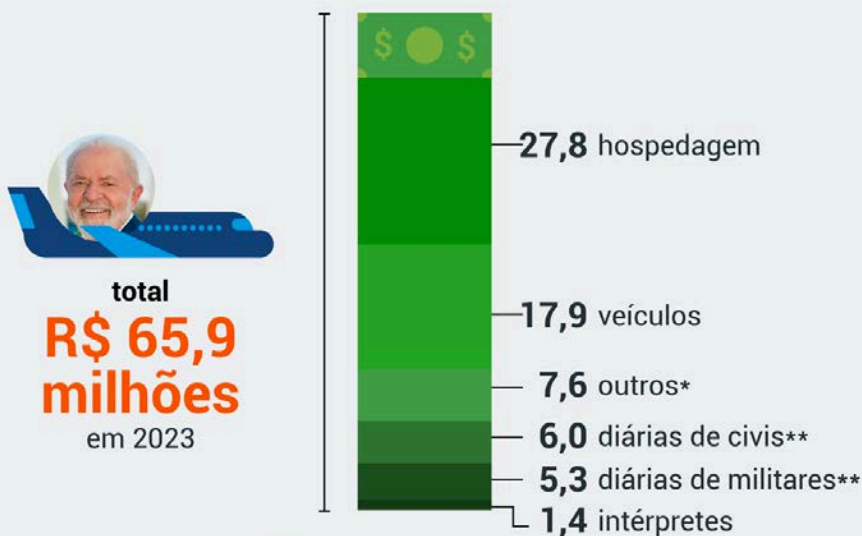
No âmbito internacional, o recorde que deve ser atribuído ao Lula está diretamente relacionado aos gastos do governo com as viagens. Somente em 2023, as viagens presidenciais de Lula ao exterior contabilizaram ao menos R\$65,9 milhões, segundo dados do Portal da Transparência e pedidos de Lei de Acesso publicados em matéria do [Poder 360](#), sem considerar os voos via FAB. Dos quais 42,2% foram gastos com hospedagens.



## LULA NO EXTERIOR EM 2023

# ITAMARATY GASTOU R\$ 65,9 MI DURANTE VIAGENS DO PRESIDENTE

valores não incluem os voos da FAB (em R\$ milhões)



obs.: valores convertidos para real (R\$) com cotação no último dia de cada viagem

\*inclui salas de apoio, material de apoio à imprensa, caterings, materiais de escritórios, equipamentos de apoio, coffee-breaks, coquetéis e cerimonial

\*\*podem incluir passagens aéreas

\*\*\*considera valores não arredondados

fontes: pedidos via Lei de Acesso à Informação e Portal da Transparência

**PODER**  
360

14.jan.2024

Fonte: Poder360.

No comparativo dos primeiros anos de mandato de Lula e Bolsonaro, Lula gastou R\$27,1 milhões a mais que Bolsonaro, segundo dados obtidos pelo Poder 360.

## PRESIDENTES NO EXTERIOR

# ITAMARATY GASTA MAIS COM LULA QUE COM BOLSONARO EM 1º ANO

valores corrigidos pela inflação não incluem os voos da FAB (em R\$ milhões)

Bolsonaro 2019		Lula 2023	
15,0	hospedagem	27,8	
11,7	veículos	17,9	
3,3	outros*	7,6	
0,6	diárias de civis**	6,0	
7,3	diárias de militares**	5,3	
0,9	intérpretes	1,4	
<b>R\$ 38,8 mi</b>	<b>total</b>	<b>R\$ 65,9 mi</b>	
38	nº de dias fora	62	

obs.: valores foram convertidos para real (R\$) com base na cotação da moeda no último dia de cada viagem presidencial

\*inclui salas de apoio, material de apoio à imprensa, caterings, materiais de escritórios, equipamentos de apoio, coffee-breaks, coquetéis e cerimonial

\*\*podem incluir passagens aéreas

fontes: pedidos via Lei de Acesso à Informação e Portal da Transparência

**PODER**  
360

15.mar.2024

Em 2024, ano de eleições municipais no qual Lula havia declarado seu intuito de “rodar o Brasil”, Lula acumulou 31 dias fora do Brasil, com 8 viagens e 13 países visitados. O acumulado de gastos e período de ausência em 2024 só não foram maiores em razão dos cancelamentos por recomendação médica após sofrer um acidente doméstico em outubro de 2024.

## Defesa Nacional

Podemos considerar o ministro da Defesa, José Múcio, que está no cargo desde o primeiro dia da gestão Lula 3 como o “principal equilibrista” da Esplanada dos Ministérios. Múcio conseguiu até então convencer os comandantes das três forças armadas que as decisões tomadas por Lula e seus principais assessores palacianos “podem ser boas” para a caserna.

Uma série de ações contrárias ao papel constitucional das forças foram tomadas por Lula de forma precipitada, sem falar em toda a confusão causada pelo próprio presidente da república em torno do tema “oito de janeiro”. Militares de carreira brilhante e conduta ilibada vêm sendo “queimados” em sequência por Lula e seus colaboradores no Judiciário. Boa parte desses “expoentes da caserna” foram indiciados pela Polícia Federal, sem o devido processo legal.

O próprio ministro da Defesa, afirmou em várias oportunidades que não houve qualquer tentativa de golpe de estado naquele janeiro de 2023, principalmente porque “em nenhum momento as Forças Armadas assumiram a frente de qualquer movimento para derrubar o governo em curso”.



Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos militares das três forças é aceitar que seu “Comandante em Chefe” seja um político como Lula, condenado em segunda instância, pelo Tribunal Regional Federal 4, por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Ao todo, o atual presidente da república do Brasil foi réu em dez ações penais.

Em 2021, Lula teve suas condenações na Operação Lava Jato anuladas pelo Supremo Tribunal Federal. Pela primeira vez na história da república do Brasil, as forças armadas passam por tal situação. É razoável entender tal desconforto oriundo da caserna, já que dentre os princípios da ética castrense, a honra, a honestidade, a verdade e a integridade são valores muito caros aos militares.

A interrupção da licitação dos blindados israelenses, imposta pelo Palácio do Planalto por questões ideológicas, apesar do parecer técnico favorável do Tribunal de Contas da União, bem como a postura do governo brasileiro frente à Questão do Essequibo, também influenciada pela amizade latente do presidente Lula com o ditador Nicolás Maduro, ajudaram bastante para aumentar o desgaste entre o Palácio do Planalto e a caserna.

Percebendo isso, dentre outros assuntos de estado, o ainda ministro Múcio tem ensaiado sua saída do governo. A evasão do oficialato das carreiras militares é uma realidade. Os cortes no orçamento da Defesa e a carência de uma indústria nacional de defesa ferem de morte o poder dissuasório necessário para um “país continental”. E mesmo sendo o “equilibrista da esplanada”, Múcio não conseguirá apagar de seu currículo como ministro da defesa a falta de capacidade de colocar a Defesa Nacional como prioridade.

O mundo se arma e o Brasil “baixa a guarda”. Nunca estivemos tão vulneráveis militarmente em toda a história da república.

